

O convívio no habitar e no espaço urbano - Parte I

Artigo de António Baptista Coelho

Salienta-se ser possível aprofundar estas matérias num estudo editado pela livraria do LNEC - intitulado "Qualidade Arquitectónica Residencial - Rumos e factores de análise" - n.º 8 da colecção Informação Técnica Arquitectura, ITA 8 - que contém um desenvolvimento sistemático dos rumos e factores gerais de análise da qualidade arquitectónica residencial, que se devem constituir em objectivos de programa e que correspondem à definição de características funcionais, ambientais, sociais e de aspecto geral a satisfazer para que se atinja um elevado nível de qualidade nos espaços exteriores e interiores do habitat humano.



Fig. 01: capa da edição do LNEC "Qualidade Arquitectónica Residencial - Rumos e factores de análise" - ITA 8, referindo-se, em seguida, o respectivo link para a Livraria do LNEC http://livraria.lnec.pt/php/livro_ficha.php?cod_edicao=52319.php

Sublinha-se, no entanto, que a abordagem que se faz, em seguida, às matérias da convivialidade, enquanto qualidade arquitectónica residencial e urbana, corresponde ao revisitar do tema, passados cerca de 15 anos do seu primeiro desenvolvimento, e numa perspectiva autónoma, mais pessoal, mais marcada pela prática e razoavelmente distinta, relativamente a essa primeira abordagem.

Refere-se, ainda, que em complemento a esta abordagem qualitativa da arquitectura residencial, o autor desenvolveu uma abordagem dos diversos níveis físicos do habitat e as suas relações mais importantes: envolvente da área residencial, vizinhança alargada, vizinhança próxima, edifício residencial, habitação e espaços e compartimentos habitacionais.

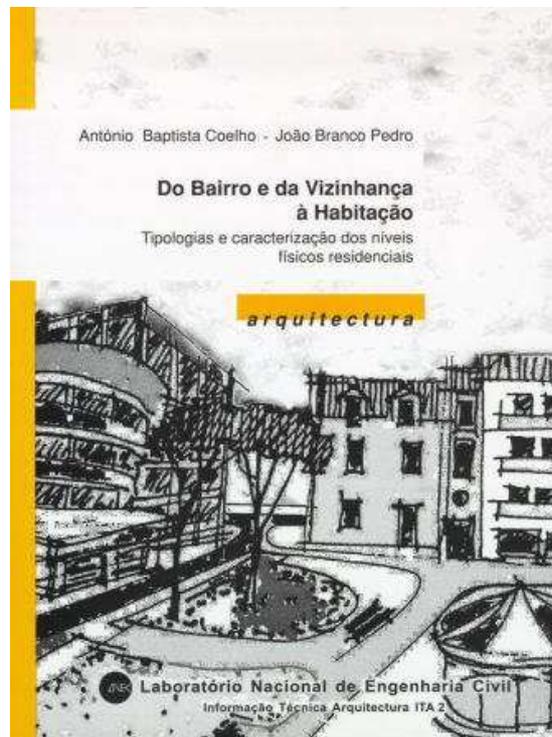


Fig. 02: capa da edição do LNEC "Do bairro e da vizinhança à habitação" - ITA 2, referindo-se, em seguida, o respectivo link para a Livraria do LNEC http://livraria.lnec.pt/php/livro_ficha.php?cod_edicao=53085.php

Nota importante: por se tratar de um artigo com mais de 20 páginas foi dividido em duas partes e será editado esta semana e na próxima, juntando-se um índice para orientação: a “bold”/negrito a parte do artigo editada esta semana.

Habitação e Arquitectura X: O convívio no habitar e no espaço urbano - Parte I



Fig. 03

Índice

- 1 - Entre convivialidade e privacidade, um equilíbrio vital
- 2 - Introdução à convivialidade arquitectónica residencial
- 3 - Aspectos estruturadores da convivialidade
- 4 - A convivialidade: da habitação, à vizinhança e ao bairro
- 5 - Estratégias de convivialidade
- 6 - A rua convivial: matéria base do bom urbanismo
- 7 - A convivialidade nos espaços públicos versus a espaciosidade nos espaços edificados
 - (i) A convivialidade nos espaços públicos
 - (ii) A convivialidade na vizinhança de proximidade e na relação desta com os edifícios
 - (iii) A convivialidade nos espaços edificados
- 8 - Carácter e importância específica da convivialidade
- 9 - Notas de reflexão e para desenvolvimento sobre a convivialidade arquitectónica residencial

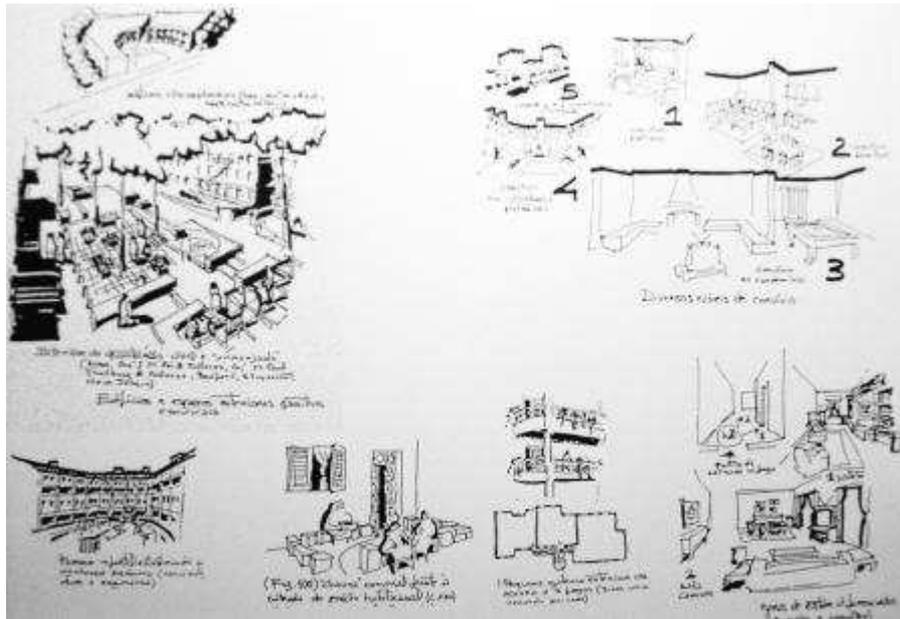


Fig. 04

1 - Entre convivialidade e privacidade, um equilíbrio vital

Em primeiro lugar importa salientar que as condições de convívio e de privacidade são complementares, uma condição que tanto é verdade em cada nível físico do habitar, embora com os respectivos reforços de potencial de convívio e de privacidade - por exemplo é importante que a habitação propicie o convívio doméstico e que a cidade proporcione condições de razoável "privacidade" nos espaços públicos -, como é fundamental nos equilíbrios entre reforços de privacidade nos espaços mais residenciais e reforços de convivialidade nos espaços mais citadinos, sendo que tais reforços têm de coexistir nas mesmas realidades urbanas e devem matizar as sequências do habitar, numa perspectiva de variadas misturas de privacidade e de convívio, marcando, expressivamente, os diversos cenários dessas sequências, e caracterizando de forma estimulantemente ambígua certas zonas de transição entre elas, mas nunca resultando em falta de clareza sobre quem é responsável pela gestão e manutenção de cada um desses cenários de actividade.

Portanto não haverá convivialidade num dado espaço urbano, sem que noutros locais do mesmo espaço existam boas condições de privacidade, e vice-versa; e podemos mesmo referir que o próprio exercício de determinadas condições - eventualmente muito activas - de convivialidade poderá influenciar na tolerância de condições de privacidade eventualmente mais críticas ou pelo menos mais sensíveis; uma situação que caracteriza, por exemplo, zonas urbanas tradicionais, com ruas

estreitas e uma forte relação entre elas e a vivência de muitos espaços domésticos.

Um outro aspecto fundamental a considerar, logo à partida, quando tratamos do convívio no habitar e dos seus aspectos arquitectónicos, é que uma das razões básicas da "cidade", do aglomerado de espaços domésticos, é exactamente esse convívio, seja por razões de segurança mútua, seja por razões económicas, seja talvez mesmo por razões gregárias, ligadas ao sentirmo-nos bem em grupo.

E, infelizmente, nos dias de hoje, e tal como lembra Eduardo Prado Coelho (2005) (1), *«há cidades onde os dias morrem... Procuro um jornal num domingo em Lisboa. Nos domingos as ruas estão vazias... A cidade é uma cidade morta. Cada hora de uma cidade morta é uma hora morta. Cada minuto de uma cidade morta é um minuto que morre como um insecto à nossa frente... Há dias em que a cidade está adormecida e vai morrendo lentamente.»*

Temos, assim, nos dias de hoje, muitas cidades e zonas "urbanizadas" onde o convívio praticamente não existe ou então acontece de forma muito condicionada e débil, uma situação que põe em risco a viabilidade do espaço urbano exactamente numa altura em que somos cada vez mais aqueles que vivem em zonas urbanas: temos, portanto, um problema grave a considerar nestas matérias.

Nas sábias palavras de Amos Rapoport (1977), *«a habitação e as suas envolventes são regiões privadas por excelência contrastando com a natureza pública da cidadania com uma totalidade. O Bairro (se realmente existe, como deveria ser) proporciona um elemento mediatizador semi-público, semi-privado, etc., e se estes elementos falham, o sistema pode falhar.»*(2)

Rapoport fala-nos aqui das tais sequências de cenários de actividade que têm de integrar espaços urbanos vivos e bem ligados, seja a pólos de forte convivibilidade, seja a remansos de sossego e privacidade, seja a limiares intermediários de vizinhança e de estratégica possibilidade de "ficar ou de partir".

É sobre isto que escreve Daniel Filipe, no seu "Discurso sobre a cidade", quando se refere a: (3) : *«uma cidade onde acontecem coisas ... »*(p. 51) onde *«de vez em quando apetece a gente tomar por uma dessas ruazinhas que não se sabe onde irão acabar, deixando correr o tempo ao sabor dos passos erradios ... »* (p. 70), e onde o autor sublinha o seu gosto por certos espaços naturalmente conviviais, como os *«"cafés" de bairro: esses pequenos "cafés" sonolentos, onde todos se conhecem e*

os empregados tratam os clientes pelo nome de baptismo... »(p. 71), e onde ... «na cidade tranquila, há um jardim que só os namorados sabem...»; e aqui está um daqueles espaços "conviviais" e "privados", que também têm de integrar um habitar urbano adequado.

E assim se entende e desde já se sublinha que um habitar humanizadamente convivial, para além de uma desejada e muito cuidadosa e voluntária expressão de vizinhanças residenciais socializadoras, deve disponibilizar um outro nível/lugar estratégico e privilegiado para a convivialidade mais urbana ou mais vicinal, nos tais espaços de transição entre mundos privados e públicos.

Trata-se, como defende Ray Oldenburg (1989) (4) , desse “grande e bom lugar” que é o café da esquina, a livraria, o bar, etc.: o inspirado “terceiro sítio”, de Oldenburg, que é um sítio bem real, porque é aquele que existe para além do sítio de trabalho e do sítio doméstico, e que é, talvez, um sítio verdadeiramente comum, nem público nem bem privado. E, como sabemos, muitos conjuntos residenciais não têm tais “terceiros sítios” ali perto da habitação, como tem de ser para serem “terceiros sítios” vivos e complementares do habitar doméstico e do habitar público.

Convivialidade e privacidade são, assim, no meio residencial e urbano, faces da mesma moeda, e assim pode dizer-se que conjuntamente com a privacidade, a convivialidade residencial é responsável pelo expressivo desenvolvimento de adequadas condições, simultaneamente, estimulantes da interação social e da expressão individual.



Fig. 05

2 - Introdução à convivialidade arquitectónica residencial

Escreveu D. José Policarpo (2005), que (5) «*O homem é um ser social, chamado a conviver. A cidade é o lugar da convivência dos homens, onde nenhum ser humano pode viver a sua vida desligado da vida dos seus irmãos.*»

Ainda num perspectiva geral de enquadramento deste conceito de convivialidade arquitectónica residencial e urbana com um referência a um dos trabalhos realizados no CSTB por Patrice Séchet, Michel Bonetti e Jean-Didier Laforgue (1998) (6), em que estes autores salientam que «*a afabilidade/disponibilidade tem duas esferas semânticas distintas: um eixo sobre a polidez, o bom-tom, as boas maneiras; e outro eixo sobre a proximidade de espíritos, a disponibilidade*» (p.16), apontando o que designam como “Caderno de Encargos da Urbanidade” (p.42 a 45).

E poderemos considerar que o que pretendemos com o referido conceito de convivialidade é poder influenciar nessas duas esferas, de boas maneiras e de convívio possível (e tantas vezes ele é impossível no nosso mundo urbano actual):

- privilegiando soluções de arquitectura urbana que reforcem os aspectos de “convivência”, polida e até positivamente cerimoniosa, no sentido de um afirmado respeito mútuo, mas num quadro geral marcado por esse mesmo respeito mútuo (e aqui a segurança urbana passiva tem importante papel), o que permitirá a expressão de todos sem dominâncias sem qualquer sentido;
- enquanto também visamos quadros de arquitectura urbana e residencial que favoreçam, física e ambientalmente, o exercício específico da possibilidade do convívio, que se baseia na referida disponibilidade e eventual proximidade de espíritos, uma proximidade que poderá ser, até, por vezes, marcada pela proximidade física entre vizinhos, mas pode ter variados outros tipos de “motivos”; e nesta matéria é oportuno lembrar o Arq.º Michel Sablet, quando este salienta que «*é a capacidade dos locais para gerar trechos de vida colectiva o factor em boa parte responsável pela coesão social da cidade*» (7).

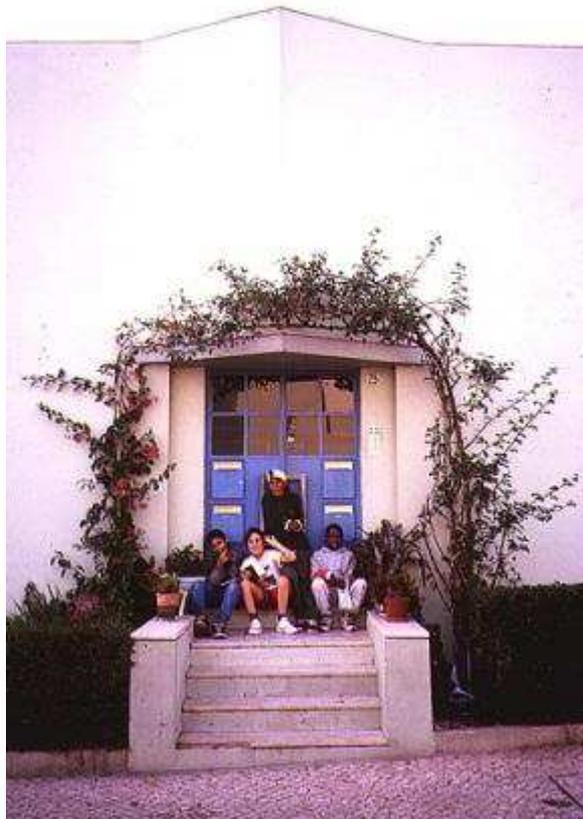


Fig. 06:

3 - Aspectos estruturadores da convivialidade

Um dos principais aspectos estruturadores da convivialidade é a segurança urbana, pois convivemos mais em espaços onde nos sentimos seguros e, por outro lado, ao convivermos mais nos espaços públicos e de vizinhança estamos a propiciar excelentes condições de segurança nesses espaços, num círculo virtuoso de intensidade e qualidade de uso, que tem de ter início numa cuidadosa programação física e social do espaço urbano.

Tal como escreveu Jane Jacobs: *«Uma boa vizinhança urbana consegue um equilíbrio e tanto entre a determinação das pessoas de ter um mínimo de privacidade e o seu desejo concomitante de poder variar os graus de contato, prazer e auxílio mantidos com as pessoas que as rodeiam... Esse equilíbrio é em grande parte constituído de pequenos detalhes manejados com sensibilidade e aceitos e praticados de maneira tão informal que normalmente nem são percebidos... Aparentemente despretensiosos, despropositados e aleatórios, os contatos nas ruas constituem a pequena mudança a partir da qual pode florescer a*

vida pública exuberante da cidade» (Jacobs, p. 64 e 78) (8).

A cidade e as sequências urbanas diversificadas e desejavelmente estimulantes são sempre o sítio privilegiado do anonimato, do “homem na sombra”, conhecido ou desconhecido, este homem na sombra, pode ser o cidadão que passeia ou o estranho mal-intencionado e por isso o enquadramento dos níveis de habitar tem de considerar que são as pessoas que tornam a cidade insegura, mas que também são elas que tornam os bairros, as ruas, os jardins e as praças vivas e seguras. Se as pessoas não conhecem os seus vizinhos haverá problemas, e, tal como sublinham Hazel Conway e Rowan Roenisch, *«problemas estes ainda agravados se as áreas comuns tais como galerias, elevadores, átrios e os espaços de vizinhança imediata são sítios onde qualquer um se pode introduzir, e se existirem ligações entre edifícios contíguos, que são fugas ideais para utentes ilegítimos.»* (9)

E assim se colocaram, novamente, os aspectos de um desenho que clarifique usos e responsabilidades de gestão, sem zonas "mortas" e abandonadas, invisíveis e não apropriadas, agora numa perspectiva virada para o potenciar, com naturalidade, de diversos níveis de convívio.

Uma outra perspectiva estruturante da convivialidade no habitar e no espaço urbano é que ela só será possível/viável se houver tempo para conviver e se o espaço urbano providenciar cenários de actividade adequados a uma vivência “com tempo” das cidades na cidade; uma matéria que se radica na frequente ausência de tempo de convívio nas "cidades" periféricas, cujos habitantes gastam o dia que lhes sobra nas deslocações casa/trabalho, e que, depois, junto à sua habitação não têm frequentemente condições mínimas para um convívio natural e estimulante, sendo assim levados à reclusão doméstica, ou a novas deslocações a centros comerciais/"conviviais".

Lança-se, assim a ideia de que o convívio no habitar se liga, também a uma possibilidade de viver/habitar com vagar e razoável plenitude e diversidade nos sítios que habitamos.

Como início de desenvolvimento, ao nível urbano, desta temática do viver/habitar devagar e numa perspectiva humana, que é, cada vez mais, essencial na cidade de hoje, que nos quer arrastar numa confusão esmagadora e numa ausência de convívio sem saídas, podemos considerar duas opções bem distintas: uma delas que sirva cegamente uma sociedade da rapidez, da máquina, da frieza ambiental, do stress,

da ausência de convívio e da funcionalidade estrita; e outra que tudo faça pelo convite ao fruir da cidade em paz e com tempo, a pé (o flunar), que promova a calma, a protecção ambiental e a oferta de pontos de atenção e de estada fortuita ou periódica, que providencie ocasiões e cenários naturais e quase espontâneos de observação (da cidade e da paisagem), de estada (sob o céu) e de convívio; e que para além das funcionalidades (“a função”) ofereça realmente “a forma” e o ambiente, mas uma boa forma e um bom ambiente.

Nisto tudo se destaca a perspectiva que se poderia definir como uma cidade com cariz estruturalmente direccionado para o gozo da cidade e do espaço público intensa e prolongadamente, não numa oposição às medidas gerais que têm de garantir o melhor funcionamento da cidade, mas sim em defesa de uma das qualidades fundamentais do mundo citadino, o flunar, o estar e o convívio nos espaços públicos, que é também um complemento salutar e vital dessa funcionalidade.

Uma cidade de uso visualmente vagaroso, onde se pode andar ao sabor de tantos motivos, e que se baseia em vários aspectos qualitativos entre os quais se salienta a estratégica disponibilização das referidas “ilhas de paragem”, o estímulo à estada e à circulação no exterior e a aposta numa atraente qualidade da paisagem urbana. Sublinha-se ainda que um tal uso visualmente vagaroso e marcante deverá estar sempre, naturalmente, aliado à funcionalidade das acessibilidades públicas e apto para situações de emergência.

Ainda um outro aspecto estruturador da convivialidade no habitar é a possibilidade de aliança estratégica entre conjuntos distintos, mas bem relacionados, de aspectos socioculturais e físicos, ligados:

- às bases socioculturais do convívio, através da identificação e do aproveitamento de elementos comuns ou unificadores de grupos: conhecimentos, necessidades, situações específicas, relações/situações tendencialmente gregárias, e aspectos socioculturais e conviviais que sejam específicos de determinados grupos;
- e aos cenários propiciadores de convivialidade (intencionalmente desenvolvidos nesse sentido): por clareza e identificação/marcação; por qualidade visual evidenciada; por aspectos expressivamente adequados ao convívio; e por relações estratégicas físicas e sociais que suscitem interacção.

Finalmente, há que ter em conta que as relações de amigabilidade vão sendo diversificáveis nos diversos níveis físicos do habitat humano, considerando-se,

designadamente, os seguintes aspectos:

- Na envolvente do bairro ou vizinhança alargada: diversidade controlada; heterogeneidade controlada nas franjas.
- Na vizinhança alargada: homogeneidade celular; proximidade física e de interesses; relações pedonais articulando equipamentos concentrados e vivos, desenvolvidos numa continuidade expressiva; controlos de concentração e de dispersão do potencial de animação; consideração dos raios de influência reais.
- Na vizinhança Próxima: controlo do número de vizinhos visíveis; convivialidade induzida por características físicas de acessibilidade e de agrupamento; expressão de residencialidade, agradabilidade e domesticidade; espaciosidades controladas; números gerais de vizinhos em proximidade (cerca de 60 agregados).
- No edifício: com atractividade e funcionalidade adequada ao combate ao isolamento no fogo; combate ao anonimato excessivo e imposto e ao relativo esmagamento no conjunto de vizinhos e no mega edifício; combate a relações únicas e de certa forma impostas; equilíbrio estratégico na espaciosidade e acessibilidade comuns; controlo do número de fogos total e em cada nível (20 a 6); soluções com significativas componentes colectivas.
- Na habitação: importância das condições de recepção; relação com os diferentes modos de vida em situação de multifamiliaridade e considerando especificamente aspectos de privacidade; pontos focais de convivialidade protegidos e bem desenvolvidos; adaptabilidade que proporcione convívio mais longo e intenso, sem más consequências domésticas e no edifício.



Fig. 07

4 - A convivialidade: da habitação, à vizinhança e ao bairro

Se não existir uma “escada” de convivialidade potencial muita coisa irá falhar, desde o mundo doméstico, ao urbano, passando pelas relações de vizinhança próxima, pois o espaço de habitar não pára na soleira da porta da habitação, ele deve estender-se por espaços públicos e de uso público vivos e agradáveis.

Numa casa pequena, por exemplo, a existência próxima de bons espaços exteriores de estar, de um seguro parque infantil, e de um agradável “café de esquina”, melhoram muito a vivência interior, dando mais espaço, sossego e à-vontade, tanto aos adultos como aos mais jovens, participando tanto na formação das crianças, como no bem-estar dos idosos.

Nesta matéria e para nos aproximarmos de soluções tipológicas residenciais e urbanas humanizadas e cidadinas impõe-se, designadamente, tal como defende Henri Gaudin (2000), «*uma reflexão sobre a arquitectura urbana alimentada pelas lições do passado medieval, expressão da proximidade e da troca, numa reacção contra a moral da distância, da separação e das exclusões, herdada da modernidade.*» (10)

Uma reflexão marcada pela urgente redescoberta do sentido de convivialidade/comunidade, mesmo quando embebido em condições físicas urbanas de acentuada dispersão, mas também pelo renovar da importância da relação ampla do homem com os outros homens, mas também com a paisagem; e de como tais relações se influenciam e têm suporte na proximidade.

Notas:

(1) Eduardo Prado Coelho, “Dias mortos”, Público - O fio do horizonte, 25 Janeiro 2005.

(2) Amos Rapoport, “Aspectos humanos de la forma urbana - Hacia una confrontación de las Ciencias Sociales con el diseño de la forma urbana”, 1978 (1977), p.265.

(3) Lisboa, Editorial Presença, Coleção Forma n.º 8, 1977 (1956).

(4) Ray Oldenburg, “The Great Good Place: Cafes, coffee shops, bookstores, bars, hair salons and other hangouts at the heart of a community”, 1999 (1989).

(5) D. José da Cruz Policarpo, “Carta Pastoral - «A Igreja na Cidade»”, Congresso

Internacional para a Nova Evangelização”, 2005.

(6) Patrice Séchet, Michel Bonetti e Jean-Didier Laforgue, “Urbanités nantériennes”, 1998, p. 16 a 45.

(7) Michel de Sablet, “Des espaces urbains agréables à vivre - places, rues, squares et jardins”, 1991, p. 43.

(8) Jane Jacobs, “Morte e vida das grandes cidades”, trad. Carlos Mendes Rosa, 2001 (1961), p. 454 e 455.

(9) Idem, p. 139.

(10) Henri Gaudin, “La cabane et le labyrinthe”, 2000.

Infohabitar a Revista do Grupo Habitar

Editor: António Baptista Coelho

Edição de José Baptista Coelho

Lisboa, Encarnação - Olivais Norte

Infohabitar, Ano VII, n.º 337, 11 de Março de 2011

Etiquetas: [antónio baptista coelho](#), [architecture housing quality](#), [convívio](#), [convívio residencial](#), [factores da qualidade arquitectónica residencial](#), [housing quality](#), [qualité du logement](#)